

ATA DA 013ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 05 DE JULHO DE 2016  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 16h20, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Dalmo Claro - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fábio Flôr - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Júlio Ronconi - Kennedy Nunes - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

PRESIDÊNCIA - Deputados: Gelson Merisio  
Valmir Comin  
Padre Pedro Baldissera

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão extraordinária e dá início à Ordem do Dia, relatada na íntegra.

\*\*\*\*\*

**Ordem do Dia**

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0171/2016, que institui o Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos de Santa Catarina, ao Centro de Hematologia e Hemoterapia de Santa Catarina - Hemosc -, ao Centro de Pesquisas Oncológicas Dr. Alfredo Daura Jorge - Cepon -, e aos hospitais municipais.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Deputado José Milton Scheffer - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra o deputado José Milton Scheffer.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Presidente, deputado Gelson Merisio, quero como deputado e como presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde de Santa Catarina e membro também da comissão de Saúde, enaltecer a iniciativa desse projeto que parte da Assembleia Legislativa, que tem a digital desta Casa, voltou com a assinatura do governo do estado, mas mantém o texto original, foi aprimorado pelas comissões por onde passou, e que tem a missão importante de reduzir no estado as filas de catarinenses que aguardam por cirurgias eletivas.

Tem no seu bojo um enunciado muito importante, deputado Manoel Mota, que é a economia, a racionalização do uso dos recursos da Assembleia Legislativa, incluindo funcionários, deputados e seus gabinetes e, a partir das sobras dos recursos constitui um fundo que vai ajudar os hospitais filantrópicos do estado que passam por grave crise financeira, fruto da não atualização da tabela do SUS pelo ministério da Saúde, que causou essa questão no sistema de filantropia e de assistência médica, e agora que Santa Catarina, todos os deputados juntos, num projeto que teve a anuência do deputado Gelson Merisio como presidente da Casa no sentido de se realizar as cirurgias e ajudar os hospitais filantrópicos, grande patrimônio da saúde, e que realizam 70% do atendimento SUS. Sendo que 70% do atendimento SUS são realizados pelos hospitais filantrópicos, que consomem apenas 30% dos recursos públicos da saúde. Por isso, há muito tempo mereciam um projeto como esse. Estou orgulhoso, como deputado estadual, em fazer parte desta legislatura, e pela iniciativa da Casa que

direciona os recursos para beneficiar o catarinense que está na fila, como as pessoas ostomizadas, por exemplo, que somam mais de 1.600 mil pessoas aguardando há mais de dois anos a realização de cirurgia para ligação do intestino. É um projeto que vale a pena votar e implantar o mais rápido possível, para dar fôlego aos hospitais filantrópicos que estão com as finanças comprometidas. Todo mês temos notícias de hospitais catarinenses que fecham, e hoje, deputado Manoel Mota, estamos evitando o fechamento do hospital de Timbé do Sul pela grave situação financeira que vem passando.

A Assembleia Legislativa no momento dá exemplo de gestão e aplicação do recurso público para o povo catarinense que está precisando. Apelo aos meus pares que votem a favor do projeto no texto original para que os hospitais o mais rápido possível possam estar realizando as cirurgias eletivas beneficiando o povo catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra o deputado Dirceu Dresch.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, gostaria de somar-me às palavras do deputado José Milton Scheffer e também discordar de algumas questões que acho fundamental quanto ao debate da saúde pública do país, pois lutei durante muitos anos e luto pelo Sistema Único de Saúde - SUS -, pelo seu funcionamento, pela sua transparência na aplicação de recursos públicos e pelo controle social.

Eu entendo a decisão do Parlamento em aplicar as economias que fez em 2015 na área da Saúde, mas não podemos cobrir o rombo da dívida do governo estadual com os hospitais do estado. E em audiência pública, deputado José Milton Scheffer, ficou claro que existe uma expectativa de que o estado quitar a dívida com os hospitais.

Então, a preocupação é prestar serviço novo aos catarinenses, especialmente na área de

cirurgias eletivas. A nossa líder não está presente na sessão, mas a nossa bancada fez emenda pedindo que os recursos fossem distribuídos como diz a lei e a Constituição Brasileira, e que sejam repassados para o Fundo Social de Saúde.  
[Taquígrafa: Ana Maria]

É lá que tem gente especializada, gente paga, servidor pagos para fazerem a gestão e o controle, com a participação da sociedade, dos secretários da Saúde, dos hospitais e do governo do estado.

Por isso, temos a posição clara, dinheiro para a saúde tem que ter gestão pública, controle social e participação da sociedade.

Nós aprovando essa lei como ela está, srs. deputados, vamos criar, sim, uma insegurança jurídica, porque a Constituição veda esse tipo de questão, pois o dinheiro à saúde tem que ir para um fundo com gestão pública transparente e com a participação do controle social.

Então, apenas estou alertando para essa questão referente ao fundo, pois podemos estar criando um imbróglio jurídico, criando uma falsa expectativa para os nossos hospitais se não tivermos esse cuidado.

Por isso, nossa emenda é clara que o fundo deve ser vinculado à secretaria estadual.

Essa é a nossa emenda, sr. presidente!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Deputado Dr. Vicente Caropreso - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra o deputado Dr. Vicente Caropreso.

DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Sr. presidente, srs. deputados, eu sou o autor de uma das emendas que substitui o gerenciamento deste fundo da secretaria Executiva de Recursos Desvinculados à secretária de Estado da Saúde.

Acho que mais importante do que a discussão sobre onde esses recursos devem ser gerenciados, acima de tudo, está a intenção da Assembleia Legislativa de Santa Catarina em ter feito esse projeto de lei num momento difícil, num momento impar, talvez o momento mais preocupante da

economia da nação e também de nosso estado, de encontrarmos alternativas para fazer com que esses hospitais, os filantrópicos ou os conveniados com o Sistema SUS, possam realizar essas cirurgias. E digo que alguns representantes dos hospitais, aos quais estamos prestes a dar este alento, esse fundo especial, estão aqui esperando uma definição sobre esse assunto. E certamente alguns têm muitas histórias para contar, algumas de desespero, de dificuldades, acima de tudo, de hoje estarem dependendo daquilo que é mais pernicioso na economia nacional, que são os juros bancários, os juros do cheque especial, o juro do Cheque Ouro. É disso que todo cidadão quer fugir! E quando um hospital que vive dos recursos do SUS, com raras sobras, precisa da rede bancária, é porque realmente tudo está errado.

Então, através de um recurso como esse, de uma lei como essa, de uma iniciativa, de uma corporação como a Assembleia Legislativa, nós temos que reconhecer tal esforço, principalmente do sr. presidente, que teve a grandeza de, para evitar maiores discussões, transferir o mérito do projeto do Poder Executivo para esta Casa.

E, da minha parte, apesar de ser o subscritor da emenda, coloco-me à disposição da grande maioria para esse projeto seja aprovado hoje. Não interessa de onde venha o gerenciamento, o importante é que seja aprovado. E se for aprovado o gerenciamento pela secretaria de Recursos Desvinculados estará em boas mãos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra o deputado Serafim Venzon.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, queria saudar aqui os 40 parlamentares desta Casa porque esse projeto, na verdade, corresponde ao desejo de todos os parlamentares, mas faço uma referência especial a v.exa., sr. presidente, que encaminhou, em tempo certo, o referido projeto de lei; e também o deputado José Nei Ascari, que

conseguiu interpretar o desejo de todos os parlamentares de tal forma que esse recurso, aproximadamente R\$ 100 milhões, sendo encaminhado no momento R\$ 50 milhões para atender preferencialmente o programa de cirurgias eletivas, o chamado mutirão, e apenas 10% desse recurso será encaminhado ao Cepon e ao Hemosc.  
[Taquígrafa: Maria Aparecida]

Mas queria destacar que a ementa do projeto, que está não painel, não faz menção ao substitutivo do relator Jose Nei Ascari, que prevê a destinação dos recursos também aos hospitais municipais.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Trata-se apenas da ementa do projeto, deputado.

DEPUTADO SERAFIM VENSON - Sim, sobre a ementa do projeto.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Mas o conteúdo é o projeto aprovado nas comissões.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - E eu quero defender o relatório, a emenda substitutiva do relator, que prevê, como disse, a destinação dos recursos aqui aprovados também aos hospitais municipais, e que a gestão seja feita pela secretaria Executiva de Supervisão de Recursos Desvinculados, de forma "descentralizada", pois quem vai executar é a secretaria da Saúde, como todos nós queremos.

Ninguém imagina que se vai fazer um programa como esse através da secretaria Executiva de Supervisão de Recursos Desvinculados, pois lá ninguém conhece de saúde, não tem porque fazer por lá. E por isso que o relator da matéria foi muito feliz quando acrescentou ao projeto o seguinte: a gestão e a execução será de forma "descentralizada", está escrito aqui, estou lendo. Ou seja, quem vai executar é a secretaria da Saúde.

Deputada Ana Paula Lima (Intervindo) - Não!

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Está escrito aqui, estou lendo deputada.

(Passa a ler.)

"Sob gestão e execução direta ou descentralizada."

Então, não há como o Celso Antônio Calcagnotto fazer a gestão do mutirão, quem vai fazer será a equipe da Saúde, a secretaria estadual e as secretarias municipais.

E por isso quero pedir aos nobres pares aqui para nós votarmos isso hoje, pois existem milhares de pessoas na fila aguardando para serem atendidas, sendo que falta, tão somente, a liberação desse recurso que depende da aprovação desta Casa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigado, sr. presidente.

Vocês viram que até o deputado Serafim Venzon, que é da base do governo, teve dificuldade de falar o nome da secretaria Executiva de Supervisão de Recursos Desvinculados.

Então, srs. deputados, como presidente da comissão da Saúde quero dizer que se trata de um debate muito polêmico que tivemos na referida comissão, mas com o acordo dos parlamentares que a compõem, nós fizemos um amplo debate sobre esse tema. Nós somos, sim, favoráveis a esse projeto e eu acho que todos os deputados desta Casa são responsáveis pela economia que proporcionou essa destinação de recursos à Saúde, e espero que em breve possamos votar uma PEC que está tramitando nesta Casa.

Mas quero aqui destacar alguns pontos. Todos os diretores de hospitais filantrópicos que se encontram aqui acompanhando esta sessão querem a liberação do recurso, deputado Valdir Cobalchini, seja ele gerido pela secretaria Executiva de Supervisão de Recursos Desvinculados ou na secretaria de Saúde. Se a preocupação do deputado Serafim Venzon é que a secretaria da Saúde faça a gestão desses recursos por que está na secretaria Executiva de Supervisão de Recursos Desvinculados?

Agora, eu quero crer, srs. deputados, que a gestão desse fundo poderá contar, não apenas com recursos desta Casa, mas também do Tribunal de justiça, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, que tem por obrigação e por força da lei estar vinculado à secretaria de Saúde. Nós vamos votar favoravelmente ao projeto, mas queremos destacar algumas emendas que iremos votar daqui a pouco. É inadmissível que a gestão de recursos da saúde seja gerido por um órgão administrativo e burocrático do governo, como é a secretaria Executiva de Supervisão de Recursos Desvinculados.

O Sr. Calcagnotto não deve ter conhecimento de qual o município, quantas pessoas, quantos recursos ou qual o hospital que vai receber o recurso. Então, por que isso não pode ficar na Saúde? Essa é a dúvida. Esse é o problema. Por que esse recurso não pode ficar na secretaria de Saúde? Esse é o maior empecilho. *[Taquígrafa: Sílvia]* Sobre o resto do projeto estamos de acordo. Acho que esse é o problema maior por que ainda votamos o projeto, mas espero que possamos votar o mais rápido possível, pois quem conhece a saúde é a secretaria de Saúde. Ela é quem tem a lista das pessoas. Então por que não fica lá? Teria que ficar lá os recursos.

Sou a favor do projeto. Entendo que esta Casa fez economia. O projeto é maravilhoso. Não vai resolver, deputado José Milton Scheffer, o problema dos hospitais filantrópicos, mas resolveremos o problema das pessoas que estão na lista de espera.

É este o meu posicionamento. Eu acho que é inconstitucional esse recurso ir à secretaria de Recursos Desvinculados - um nome meio esquisito, deputado Fernando Coruja. Acho que esses recursos deveriam ficar na secretaria de estado da Saúde.

Esta é a minha posição, sr. presidente.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

Deputado Ivan Naatz - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra o deputado Ivan Naatz.

DEPUTADO IVAN NAATZ - Aproveito a oportunidade para parabenizar v.exa. que foi o grande articulador de todo este encaminhamento e teve a grande ideia de economizar os recursos e repassar aos hospitais para atendimento à saúde.

Início a minha fala registrando a minha admiração e respeito que tenho por v.exa. pelo encaminhamento que deu a esse processo e também pela articulação que construiu com os demais deputados, mostrando que é um grande líder do estado de Santa Catarina.

O meu partido, o PDT, vota de acordo com a matéria, integralmente, porque como apresentada e construída parece-me a solução mais ideal para o caso a descentralização da administração dos recursos. O fato é triste, sr. presidente, porque sabemos que estamos resolvendo uma partezinha do processo, uma parte do processo. Infelizmente o problema da saúde não será resolvido por esta grande iniciativa dos deputados catarinenses e de v.exa., sr. presidente, mas pela otimização dos recursos públicos, pela boa gestão da administração dos hospitais, pelo impedimento de desvio, pela boa aplicação desses recursos que daqui para frente é fundamental acompanhar efetivamente o que será feito com esse dinheiro para não cair no ralo, não virar notícias nos jornais.

Então, a matéria, sr. presidente, srs. deputados, não se encerra aqui com esta votação, precisamos acompanhar efetivamente o que será feito com esses recursos passo a passo, onda a onda, centavo a centavo, para que efetivamente chegue, deputado José Milton Scheffer, ao menos favorecido que está lá na fila esperando o seu atendimento.

Srs. deputados, penso que daqui a dois anos estaremos de novo falando disso porque sabemos que não há mais condições de sustentar o Sistema Único de Saúde da forma como ele caminha hoje: o governo federal com as suas omissões, o governo do estado se esfacelando para dar conta e os municípios se matando para complementar o que falta. Mas é uma grande iniciativa que recebe os aplausos do PDT,

do meu partido e, quem dera, possamos resolver a vida de muita gente que esta na fila esperando uma simples cirurgia eletiva.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Deputado Fábio Flôr - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra o deputado Fábio Flôr.

DEPUTADO FÁBIO FLÔR - Sr. presidente, deputado Gelson Merisio, sras. deputadas, srs. deputados, eu quero inicialmente parabenizar a Presidência desta Casa, a Mesa Diretora, cada um dos srs. deputados e sras. deputadas pelo esforço orçamentário promovido no exercício de 2015 que possibilitou que este debate nascesse nesta Casa.

Quero cumprimentar também o governador João Raimundo Colombo que prontamente enviou o projeto de lei a esta Casa, com o texto original, a fim de sanar possível vício de origem. [Taquígrafa: Elzamar] Quero cumprimentar o deputado progressista, José Milton Scheffer, que se tem dedicado a esta matéria, a esta luta em prol dos hospitais filantrópicos, mas também não posso deixar de agradecer aos deputados e às deputadas, à comissão de Constituição e Justiça, ao deputado José Nei Ascari, mais uma vez, que acolheu a nossa emenda que incluiu os hospitais municipais como possíveis beneficiários deste fundo, pois eles têm sido administrados com um esforço extraordinário dos municípios para fazer com que a população consiga ter acesso ao atendimento médico hospitalar.

Quero também cumprimentar o deputado José Nei Ascari que inclui a palavra "descentralizada", através de emenda. Esse recurso poderá ser administrado, talvez, em parceria com a secretaria de Executiva de Supervisão de Recursos Desvinculados, mas aqui no projeto consta a palavra "descentralizada" e, sendo assim, a secretaria de estado da Saúde, então, poderá fazer a gestão.

Mas, acima de tudo, esses recursos não cairão no orçamento ordinário da secretaria da Saúde ou

no orçamento ordinário do governo do estado destinado à Saúde, ou seja, nos 12%, esses recursos serão além dos 12% previstos no Orçamento do governo do estado, ou seja, é dinheiro novo originário da economia promovida por este Parlamento, dinheiro novo da economia promovida pela secretaria de Justiça, pelo Ministério Público do Estado e pelo Tribunal de Contas, dinheiro que fará com que a população lá na base, que não está preocupada se o dinheiro será administrado pela secretaria Executiva de Recursos Desvinculados ou pela secretaria da Saúde, mas que está preocupada em fazer, enfim, aquela cirurgia eletiva que está aguardando há meses ou, às vezes, há anos.

Então, parabéns a todos desta Casa, parabéns ao governador Raimundo Colombo, parabéns a cada um dos senhores deputados e deputadas pelo esforço promovido para que a nossa população tenha dinheiro novo, dinheiro fruto da economia que proporcionará saúde aos catarinenses.

Muito obrigado a todos.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Deputado Milton Hobus - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra o sr. deputado Milton Hobus.

DEPUTADO MILTON HOBUS - Cumprimento o meu presidente, deputado Gelson Merisio, e os demais colegas deputados e deputadas.

Presidente, gostaria de parabenizá-lo mais uma vez por essa iniciativa que toda essa Casa aplaude. Eu queria dizer que a discussão do gerenciamento, acredito, nem caberia aqui, neste momento, porque quem conhece como funciona a Saúde Pública sabe que nós temos um fundo estadual de saúde altamente deficitário, que não consegue fazer frente à demanda da Saúde Pública do estado de Santa Catarina, e que por isso as pessoas estão morrendo na fila por falta de uma cirurgia de alta complexidade, como a cirurgia cardiológica; que as pessoas estão deixando de enxergar pela falta de uma cirurgia mais simples, como a cirurgia de catarata.

Então, desde as cirurgias de baixa, média, e alta complexidade, além de nós salvarmos vidas, tirarmos a população da fila de espera da Saúde eletiva, vamos estar, de fato, ajudando aos pequenos, aos médios, e aos grandes hospitais porque é onde se fará estes serviços. E a decisão de colocar os recursos, o Executivo é que administra isso. No fundo descentralizado, o carimbo disso só nos dá uma segurança, presidente, por isso queria parabenizá-lo e pedir para que todos os pares, todos os colegas, votem essa matéria e que o serviço comece, de fato, a acontecer, porque o carimbo do dinheiro para as cirurgias de baixa, média e alta complexidade, ele está no projeto de lei.

Então, esse dinheiro, lá na secretaria dos Fundos, ele só vai garantir que todos os hospitais, presidente, recebam imediatamente, após o serviço prestado, conforme a secretaria de estado da Saúde vai fazer o seu levantamento, porque isso é decidido pela Comissão Intergestores Bipartite. A lista de espera está lá com os técnicos da secretaria de Estado da Saúde, só que esse dinheiro não corre o risco de cair naquele bolo, naquele fundo que não tem fundo e que não dá conta de prestar o serviço de saúde que o povo precisa.

Mas, de fato, vai ser operacionalizado pela secretaria de estado da Saúde, isso ninguém tem dúvida. Mas carimbado, quando chegar a lista, lá, do hospital regional, por exemplo, lá de Rio do Sul, que faz 20 cirurgias do coração e vai poder fazer mais dez, tirar pessoas que estão lá internadas, em estado grave, com risco de morte, o hospital vai saber que pode faturar porque o recurso está ali guardadinho e vai receber. [Taquígrafa: Sara] E hoje há um problema muito sério na gestão da saúde pública: administra-se pela pressão. Às vezes o dinheiro vem carimbado pelo Fundo para pagar uma conta e, quando se vê, já foram pagas dez outras, porque a pressão é muito grande. E, da forma como saiu o projeto de lei desta Casa, teremos o dinheiro reservado para aquilo que é pactuado na Comissão Intergestores

Bipartite com todos os órgãos e os secretários municipais de Saúde, porque todas as regiões devem ser beneficiadas e não uma única. Isso é gestão da secretaria de estado da Saúde, e se faz através da Comissão Intergestores Bipartite com todos os secretários municipais de Saúde envolvidos. Assim, teremos transparência e segurança de que o serviço será prestado, as pessoas sairão da fila e os hospitais que precisam de recursos irão recebê-los.

Era o encaminhamento que queria fazer. Mais uma vez parabenizando v.exa. e todos os demais deputados aqui presentes.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Manoel Mota.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero cumprimentar v.exa, sr. presidente, todos os membros da Mesa Diretora, os parlamentares desta Casa, o relator do projeto, os responsáveis pelas emendas, que são fundamentais para dar condição de votação nesta tarde, que é memorável, pois este projeto ajudará aos hospitais filantrópicos que estão respirando com muita dificuldade, que têm pouca esperança.

E, com muita criatividade, este Parlamento lhes está dando a esperança de retomarem às cirurgias eletivas, que há dois anos não ocorrem, deixando milhares de pessoas nas filas. É ganho real para os hospitais e para a população catarinense. Por isso, a importância desta discussão no Parlamento e a grandeza desta Casa ter transformado esses recursos em investimentos na Saúde.

Parabéns aos parlamentares. Esta tarde é memorável para o Parlamento catarinense que vai dizer "sim" à Saúde de Santa Catarina.

Muito obrigado!

Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Apenas gostaria de reafirmar que ontem estivemos, em Itajaí, na audiência pública do Orçamento Regionalizado, e os dois pleitos principais lá levantados são da área de saúde: o apoio ao Hospital Infantil Pequeno Anjo, de Itajaí, e ao Hospital Ruth Cardoso, de Balneário Camboriú. Então, em todos os cantos de Santa Catarina, os principais pleitos são nas áreas de saúde e segurança. Sabemos do trabalho que o secretário João Paulo Kleinübing vem fazendo, dos avanços que tem conseguido, e são inegáveis, mas sabemos das dificuldades que enfrenta.

Entendemos que a Assembleia, através de v.exa., sr. presidente, deu um passo muito grande para ajudar Santa Catarina na questão da saúde. Acho que a construção feita por parte da Assembleia, atendendo a todos os hospitais filantrópicos, municipais, ao Cepon e ao Hemosc, demonstra, sim, a preocupação desta Casa com o problema da Saúde nos estado.

Acho que se trata de um daqueles projetos que irão marcar a população catarinense. Sabemos que tanto o governador Raimundo Colombo quanto o secretário João Paulo Kleinübing têm essa disposição. Todos os hospitais estarão livres para fazer esse convênio a fim de receber esses recursos e para tirar da fila muitas pessoas que aguardam pelas cirurgias eletivas.

Assim parablenizo esta Casa, e esperamos que o resultado seja bom para a população catarinense.

Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Fernando Coruja.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente e srs. parlamentares, com relação à necessidade de mais dinheiro para a saúde há uma uniformidade, um pensamento único. Todo mundo sabe que é preciso mais recursos para a Saúde, que está subfinanciada.

Um segundo ponto que trago é com relação ao mérito. Todo mundo está enaltecendo, e é verdade, uma aplicação de recursos da sobra de alguns locais do Tesouro, especificamente da Assembleia Legislativa, para aplicar na área da saúde. Todos aqui são a favor disso. Enaltecemos e elogiamos aqui aqueles que trabalharam para isso, o presidente, o deputado José Milton Scheffer e outros deputados. *[Taquígrafa: Cristiany]*

Estamos discutindo aqui a forma, que é uma questão importante. Argumenta-se que não se deve colocar os recursos do fundo comum da saúde porque ele desapareciam. Faço a seguinte observação: A proposta que fizemos, e PT também, não é que para os recursos irem para o Fundo Estadual da Saúde, é pela manutenção deste fundo e a criação de outro para ações específicas. que são as cirurgias de mutirão. Ninguém quer colocar os recursos no Fundo Estadual de Saúde, o que estamos discutindo é quem vai gerenciar o fundo. Nós aprovamos a criação de um fundo especial, a questão é o gerenciamento. E aí de certa forma estamos entregando os recursos para um órgão que não trata da área da saúde, é uma secretaria que trata de recursos desvinculados e que, no meu entendimento, não deveria nem existir, porque esses recursos deveriam estar nas secretarias específicas onde devem ser tratados.

E se for, deputado Serafim Venzon, para descentralizar, basta deixar os recursos irem direto à secretaria da Saúde, até porque a lei já prevê que o recurso seja aplicado para cirurgias, no Cepon, no Hemosc, e a lei não permite a aplicação desses recursos em outros órgãos.

Não somos a favor em colocar o dinheiro no fundo à Saúde, apenas queremos que o fundo criado, a parte desse recurso, seja administrado pela secretaria da Saúde que, no nosso entendimento, tem mais condições de avaliar qual a cidade que precisa de mais cirurgias e quais cirurgias serão incluídas no mutirão. Alguém pode dizer: mas a secretaria da Saúde vai fazer a avaliação! Não. Não é tão simples assim! A forma como o fundo é administrado atualmente funciona da seguinte maneira: Cria-se um convênio e o fundo decide se

vai pagar ou não. É tirado muito do poder da saúde e deixa-se o poder com a secretaria Executiva de Supervisão De Recursos Desvinculados. E aí deputado Serafim Venzon, a lei não preconiza que a gestão será descentralizada, mas traz assim: "direta ou descentralizada". A palavra "ou", que é uma conjunção alternativa, não obriga nada, não é impositiva, e quem decide o destino dos recursos é o gerente do fundo. Então, colocar "ou" deixa a palavra "descentralizada", inócua.

Eu até brinquei com o deputado Serafim Venzon referindo-me à falsa citação de Voltaire: "Não concordo com as palavras que dizem, mas vou defender até a morte o direito de dizê-las." Porque às vezes temos que defender o que acreditamos. Hoje recebi representantes dos hospitais em meu gabinete e falei: Vou defender essa tese porque é preciso!

Eu ainda terei a oportunidade de falar sobre esse assunto para defender o destaque à matéria, a qual sou favorável quanto ao mérito e à necessidade, mas sobre a forma é uma questão discutível. Temos ainda o destaque que quero defender, *a priori*, para modificar apenas essa situação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Deputado Mauro de Nadal - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra o deputado Mauro de Nadal.

DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, quero destacar, primeiramente, o amadurecimento da Casa e, principalmente, o encaminhamento de v.exa. em fazer a devolução dos recursos que são importantes para o estado, ainda mais uma área tão prioritária quanto à saúde.

Destaco que em tempos modernos foi criado no país o ministério que tratava da desburocratização, e eu tenho acompanhado, com muita atenção, pronunciamentos de v.exa., o governador do estado, que fala por todos os cantos catarinense, que a burocracia está esmagando a agilidade da máquina pública. E trago a minha fala

comungando com o encaminhamento do deputado Fernando Coruja, de que não há necessidade, para alcançarmos a finalidade, que é repassar os recursos para os hospitais, de fazer uma triangulação financeira repassando para a secretaria Executiva de Recursos Desvinculados, que deverá, obrigatoriamente, para celebração do convênio, buscar informações na secretária de Estado da Saúde, que é a pasta competente para gerir e investir em saúde no estado. [Taquígrafa: Ana Maria]

Podemos retirar essa burocracia desnecessária, porque estou muito preocupado, primeiramente com a agilidade do repasse desses recursos; e em segundo lugar com o posicionamento do governo do estado que também tem a intenção de agilizar o repasse dos recursos; e em terceiro lugar, o Fundo Social já tem muito trabalho a ser desenvolvido, inclusive temos acompanhado nos últimos dias o quanto está sendo difícil a realização dos convênios que estão na pasta para serem celebrados com os nossos municípios, o que é preocupante.

Então, temos uma secretaria competente para a matéria, e temos outra secretária, para a qual queremos dar uma competência para tratar de um assunto tão importante: a saúde dos catarinenses. Acredito que devemos separar o joio do trigo. Se temos uma secretária da Saúde, ela tem que gerir o projeto que foi aprovado dentro da comissão Constituição e de Justiça, adaptado a esse destaque solicitado pelo deputado Fernando Coruja para corrigirmos essa pequena distorção, e agilizar o trabalho, que é a vontade de todos os parlamentares aqui da Casa para alcançarmos a finalidade: prestar saúde aos catarinenses.

Tenho certeza absoluta que com esse texto que será destacado nós teremos um fundo específico, não será misturado o dinheiro com outro fundo da saúde, e vamos atender aquilo que é necessário ao povo de Santa Catarina. Faço um apelo aos srs. parlamentares para o acompanhamento do destaque.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Deputado Valdir Cobalchini - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra o deputado Valdir Cobalchini.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Sr. presidente, de igual forma quero dizer que esta Assembleia marca um tento muito importante quando, além da economia, destina esses recursos para a saúde visando à continuidade do programa das cirurgias eletivas.

Quero dizer que apresentei, como relator na comissão de Justiça, emenda também discutindo a forma por entender que a secretaria da Saúde é quem tem a competência técnica para fazer a gestão desses recursos. Emenda esta que restou rejeitada na comissão de Constituição e de Justiça.

Mas apenas discuto o problema da forma e da gestão, e tomei a liberdade de dizer ao secretário da Saúde, hoje, aqui na Casa, que poderemos repensar, uma vez havendo a garantia de que esses recursos serão carimbados, descentralizados, e aí não seremos intransigentes.

Nesse sentido, como houve uma ligação do secretário Nelson Serpa há pouco dando a garantia de que esses recursos serão descentralizados e que a gestão será da secretaria da Saúde, fico confortável em defender a aprovação do projeto e, a partir obviamente do recebimento desses recursos, o Fundo Social fará a descentralização, obedecendo aos critérios estabelecidos pela secretaria da Saúde, que também assume o compromisso de não pagar dívidas anteriores e dar continuidade a esse programa fundamental.

Em razão disso, quero aqui dizer, com a devida vênia - e falei com o deputado Fernando Coruja a quem denoto muito apreço -, que esse assunto vai além, obviamente, da questão política e partidária. *[Taquígrafa: Maria Aparecida]*

Pedi a ele a compreensão até para que pudéssemos avançar e decidir, hoje, esta questão. Não postergarmos mais para amanhã ou ficarmos sem data para decidir, até porque há muitas pessoas aguardando aqui mesmo, nas galerias, razão pela qual eu quero apelar a nossa bancada para que

possamos dar um voto de confiança à palavra do secretário da Casa Civil e deliberarmos esse projeto da forma tal qual ele foi encaminhado pelo Executivo, com o substitutivo, sim, do nosso eminente relator, deputado José Nei Ascari.

Mas, a única coisa que nós discutíamos era a forma, mas uma vez o secretário assumindo esse compromisso, deputado José Milton Scheffer, não nos resta outra alternativa que não seja a de confiar na palavra do secretário, muito embora entendamos, deputado Mauro de Nadal, que o correto seria mudarmos a forma e que os recursos fossem diretamente à secretaria...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Deputado José Nei Ascari - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra o deputado José Nei Ascari.

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Sr. presidente, considero todas as falas feitas aqui muito oportunas, sobretudo o arremate final feito pelo deputado Valdir Cobalchini.

Eu gostaria apenas de, na condição de relator, fazer algumas observações. Primeiramente, de que nós não estaríamos aqui discutindo esse assunto extremamente importante para a saúde catarinense, para Santa Catarina, se não fossem as ações que culminaram com a economia realizada por esta Casa, sob o comando da Mesa Diretora, com a compreensão e a colaboração de todos os colegas, as colegas, os deputados e as deputadas e, também, dos servidores desta Casa.

Nós precisamos aqui também enaltecer, por uma questão de justiça, a iniciativa deflagrada aqui pelo eminente deputado Antônio Aguiar, que propôs ainda no ano passado uma PEC que gerou todo esse debate e discussão, culminando com a apresentação, por parte do presidente desta Casa, que mais tarde foi devidamente substituído por uma iniciativa do Poder Executivo, eliminando qualquer discussão em torno da competência quanto à iniciativa de proposição desta matéria.

Mas duas coisas eu gostaria de salientar, neste momento, que foram frutos do debate que de uma forma ou de outra aperfeiçoaram a proposta final que está sendo, neste momento, aqui discutida para posterior deliberação neste Plenário. Uma delas foi a inclusão de uma emenda, de iniciativa do deputado José Milton Scheffer, que faz com que a secretaria, responsável pela gestão, apresente trimestralmente à Assembleia Legislativa do nosso estado, para análise e ampla divulgação, relatório detalhado contendo, dentre outros dados, o montante e a fonte de recursos aplicados, bem como a produção de serviços com a respectiva demanda remanescente de cada entidade de caráter assistencial.

Desta forma, esta Casa, uma vez a cada três meses vai receber todo esse relatório e vai poder, deputado Serafim Venzon, acompanhar a execução deste programa que, se não vai resolver, evidentemente, o problema da saúde catarinense, vai indiscutivelmente dar uma contribuição significativa e importante.

A outra modificação em relação ao texto original, que nós apresentamos e foi aprovada na comissão do Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Saúde, é o acréscimo da palavra "descentralizada". Se cabe ao governo do estado - e nós entendemos dessa forma, por isso que houve a substituição do projeto apresentado inicialmente pelo deputado Gelson Merisio -, a competência para definir a criação dessa estrutura. Nós entendemos que cabe ao governo do estado a definição de qual o órgão, qual estrutura mais adequada para fazer a gestão. *[Taquígrafa: Sílvia]*

E ao acrescentarmos a palavra "descentralizada", estamos justamente facultando ao governo do estado, dentro da estrutura que dispõe, qual a melhor forma de fazer com que esse recurso, de fato, atinja a sociedade catarinense.

Neste momento, o deputado Valdir Cobalchini acaba de salientar a ligação telefônica que recebeu do secretário da Casa Civil, dr. Nelson Serpa, e nós também temos sinalizações nessa mesma direção. Por isso, acho que a essência deste

projeto é de fato a destinação de recursos para zerarmos, quem sabe, a fila de cirurgias eletivas, de baixa, média ou alta complexidade, que existem em Santa Catarina, e até mesmo daqui a pouco, tendo sobras de recursos deste fundo, poderemos atender outras demandas.

São essas, sr. presidente, srs. deputados, as observações que entendo necessárias, neste momento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Deputado Julio Ronconi - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Julio Ronconi.

DEPUTADO JULIO RONCONI - Obrigado, sr. presidente! Tenho o prazer, deputado presidente Gelson Merisio, de na primeira sessão de meu retorno, votar um projeto de tamanha importância para o estado de Santa Catarina.

Mais uma vez, saliento que o Parlamento de Santa Catarina dá exemplo ao Brasil ao votar um projeto de tamanha importância e dizer que também sou favorável ao projeto, deputados, e que a descentralização na mão do nosso querido amigo Nelson Serpa e, por consequência também, do secretário Celso Calcagnotto, que é uma pessoa de extrema competência, séria, correta, que sabe exatamente onde aportar os recursos de acordo com a necessidade, a pedido dos nobres deputados.

Parabéns pelo projeto, sr. presidente! Parabéns a todos os srs. deputados por concordar em fazer esta economia que tenho certeza vai ser de fundamental importância para todo o estado de Santa Catarina e para aquelas pessoas de que mais necessitam.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Consulto se todos os srs. deputados fizeram uso da palavra.

Neste momento, iremos fazer o encaminhamento de votação. Inicialmente, votaremos em bloco, uma vez que se trata de matérias semelhantes os dois requerimentos, tanto da deputada Ana Paula Lima quanto do deputado Fernando Coruja e, como são os

dois autores, apesar de já estar discutido o projeto, mas o deputado Fernando Coruja, como autor do requerimento, tem a condição de encaminhá-lo pelo tempo necessário, como também a deputada Ana Paula. Depois votaremos os destaques e, logo em seguida, projeto original com ou sem os destaques apresentados.

Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, sr. presidente!

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra o sr. deputado Fernando Coruja.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, aqui estamos questionando apenas a forma. E a nossa emenda tem apenas a finalidade de dizer que este fundo permanece, a lei permanece, a exigência de que seja aplicado apenas em cirurgias permanece, não cai na vala comum, mas que este fundo seja administrado pela secretaria de estado da Saúde.

A administração pela secretaria de estado da Saúde nos parece uma exigência legal, já que a lei prevê que os recursos de saúde sejam administrados pela Saúde, e do ponto de vista técnico facilita muito porque a Saúde tem a compreensão de quais hospitais precisam de mais ou menos cirurgias. Também não cria imbróglio legal, que pode ser questionado no futuro, e dá competência a quem tem competência.

Aqui, às vezes, parece que o discurso é colocado como se a Saúde não tivesse competência de gerenciar, ou seja, se a Saúde não pode gerenciar R\$ 50 milhões, então, o deputado João Paulo Kleinübing não pode gerenciar R\$ 2 bilhões, montante que gerencia, de orçamento, quer dizer, R\$ 50 milhões, evidentemente, parece-me que ele tem condições plena. Aliás, tem mais R\$ 50 milhões, sr. presidente, temos que discutir depois onde serão colocados, totalizando R\$ 100 milhões. Vou dizer até em tom de pilhéria, que o secretário Celso Calcagnotto, da secretaria Executiva de Supervisão de Recursos Desvinculados, não tem condições de administrar a questão de saúde, e parece-me que não tem. Agora, a partir dessas informações do Tribunal de Contas, deputada Ana

Paula Lima, de que grande parte do dinheiro deste Poder e da Saúde caem no fundo, e o dinheiro da Celesc que veio para a Saúde vai lá para o fundo, então, o secretário já está com experiência. Ele vem administrando há tempo a questão da saúde, porque ele vem pegando dinheiro da saúde há tempo, falta de experiência ele não tem, mas está administrando mal um dinheiro que não é de lá e que tem que ser discutido ainda, porque aquele dinheiro também não é de lá. Aquele dinheiro da Celesc que foi para lá e que foi literalmente surrupiado da Saúde, de outros poderes, tem que ser discutido também. [Taquígrafa: Elzamar]

Então, entendo que esta emenda, vejo que há um consenso para votar o projeto original, o governo tem aqui, mas eu não retiro a emenda, permaneço com a emenda, permaneço firme com as minhas convicções, que esta é a melhor maneira, é uma emenda, é um destaque para que os recursos sejam no fundo, o fundo permanece o mesmo, ele faz a mesma coisa que todo mundo quer, vai aplicar só em mutirão, mas ele fica com o secretário da Saúde.

O meu líder me pediu, no sentido de que o PMDB não fechasse questão, evidentemente que eu não estou pedindo que se feche questão, nem solicitei em tom de destaque, cada um vai votar da sua forma, mas ele não me convenceu também, apesar de o respeitar muito como líder, mas não me convenceu.

Mesmo a argumentação que ele trouxe, de que recebeu um telefonema do Nelson Serpa para avaliar esta questão, também não me convenceu, porque não precisa avaliar isto de mais nenhuma secretaria. Sinceramente, tenho sérias desconfianças de que o secretário da Casa Civil não pode avaliar coisa nenhuma, porque ele não tem conseguido avaliar nem outras coisas que estão tramitando aí, vejo que as pessoas estão reclamando que ele não paga as emendas, que não sei o que. Então, ele não avalia nada! Desculpe-me, deputado Valdir Cobalchini, mas eu não acredito mais nessa necessidade de avaliação. Então, peço apoio para o meu destaque.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, a deputada Ana Paula Lima. Depois está encerrada a discussão dos destaques e das emendas.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - A nossa subemenda modificativa, e diante de tantos debates que fizemos na comissão de Saúde, e até não passamos nenhuma emenda na comissão de Saúde porque iríamos fazer destaque no Plenário desta Casa, no seu art. 1º, onde fica instituído o Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos de Santa Catarina, a gestão e execução direta da secretaria de estado da Saúde, pelos mesmos argumentos aqui mencionados pelo deputado Fernando Coruja, se o governo não confia no secretário de estado da Saúde, muda-se o secretário de estado da Saúde.

Para que tantas secretarias se esses recursos, que vão para ser utilizados na Saúde, teriam que estar na secretaria de estado da Saúde pelo conhecimento que tem, pelo domínio de profissionais experientes que tem, e porque os recursos seriam destinados fazendo também a intercessão com os municípios, secretários municipais, que conhecem quantas cirurgias são necessárias, quais hospitais vão fazer as cirurgias, e quanto será gasto nestas cirurgias.

É um trabalho a mais para esta secretaria Executiva de Supervisão dos Recursos Desvinculados diante de tantas funções que tem. Na Saúde tem conhecimento, por isso que a emenda modificativa seria para isso. E se o governo do estado não confia no secretário de estado da Saúde, muda-se o secretário da Saúde, mas os recursos têm que ficar na secretaria de estado da Saúde.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

DEPUTADO GELSON MERISIO - Continua em discussão.

Não havendo mais que o queira discutir, encerramos sua discussão.

Srs. deputados, antes de proceder à votação, que será dos destaques, permitam-me também tecer uma consideração pessoal acerca do tema, porque me parece importante e um debate construtivo, absolutamente legítimo, de todos que têm objetivo comum de servir bem à Saúde.

Início, primeiramente, fazendo destaque ao deputado Antônio Aguiar, que ao longo do tempo foi sempre o construtor de soluções para este assunto, e também o deputado José Milton Scheffer, que junto com a Federação dos Hospitais esteve conosco e organizou um roteiro de visitas que fiz a vários hospitais filantrópicos de Santa Catarina, antes de compreender que deveria ser utilizado o recurso desta forma.

Respeito, de uma forma muito sincera, as opiniões do deputado Fernando Coruja, da deputada Ana Paula Lima, do deputado Dirceu Dresch, no entanto, compreendo que a forma encaminhada é extraordinária, por uma questão muito simples, o recurso é extraordinário. Não é um recurso da Saúde, do ponto de vista de receita corrente, é um recurso extraordinário fruto de um processo de economia feita pela Casa, e que dá, desta forma, a clara noção e acompanhamento aos demais Poderes, que também podem usar desta ferramenta, e a própria Casa, que poderá medir a aplicação destes recursos além do recurso existente.

Se nós fizéssemos de forma tradicional na Saúde, nós teríamos, em números hipotéticos, dez mil cirurgias eletivas, e continuaremos a ter as mesmas dez mil apenas trocando a fonte. Dessa forma, poderemos acompanhar para que ao invés de dez mil, sejam 15, 16, 17 mil, e falo em números hipotéticos, mostrando que a economia é transformada em benefício direto para a população, servindo de estímulo aos próprios servidores que foram fundamentais para a obtenção desses resultados aqui da Casa, a compreensão dos deputados, e também os demais Poderes, que podem ter o comparativo acompanhado trimestralmente.

É uma discussão que não é central, eu concordo com todos os srs. deputados, mas agradeço a todos pela compreensão de encaminhamento para algo que

nós podemos, sem nenhuma dificuldade, alterar ao longo do percurso. Se entendermos que há qualquer dificuldade de implementação, há como se fazer a mudança. [Taquígrafa: Sara]

Dá também aos hospitais, feito desta forma, a certeza de que o convênio firmado será cumprido e honrado no prazo e na data estabelecida, o que fica difícil para ser feito diante de tantas dificuldades por que passa o setor de saúde em todas as suas áreas, em função da redução de receita de impostos, fruto da crise que se instalou, e também pelo aumento da demanda, porque a mesma crise que tira recursos do governo federal, do estado e dos municípios, também aumenta a demanda de serviços de pessoas que tinham condições de fazer um atendimento particular e que agora, empurrados pela crise, buscam o serviço público de saúde. Há, portanto, uma curva ao inverso: o aumento dos custos, com uma Medicina que cresce nas suas complexidades; o aumento da demanda em função da fila que cresce e uma diminuição dos recursos para obtenção.

Por isso, quando se tem um recurso extraordinário, como é o caso deste, nós precisamos tratá-lo de forma extraordinária para que não se confunda com receita corrente e permita ser um parâmetro e exemplo para os demais Poderes e instituições.

Com a compreensão dos deputados proponentes, com os quais já conversei, vamos votar os requerimentos em bloco e votaremos, não de forma nominal e, sim, de forma simbólica.

Em votação os requerimentos.

Os srs. deputados que são contra os requerimentos permaneçam como se encontram e os que são a favor dos requerimentos se manifestem para o registro na ata.

Com os votos da deputada Ana Paula Lima, dos deputados Dirceu Dresch, Fernando Coruja, Mauro de Nadal, Neodi Saretta e José Milton Scheffer, são rejeitados os destaques.

Em votação o Projeto de Lei n. 0171/2016 sem os destaques, como aprovado nas comissões.

Em discussão.

Não havendo que o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, gostaria de dizer que estaremos acompanhando o processo de perto, porque temos muito interesse em que o dinheiro público seja usado da forma mais transparente possível. Somos realmente favoráveis que o dinheiro vá para a Saúde. Não temos dúvida disso. Defendemos a emenda, mas também votamos a favor do projeto porque entendemos que a saúde pública de Santa Catarina precisa ser respeitada com investimentos.

Deputado José Milton Scheffer - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, quero justificar o meu voto. Foi um compromisso assumido com a presidente da comissão de Saúde, deputada Ana Paula Lima. Para que o projeto pudesse estar hoje aqui, fizemos o compromisso de apoiar a emenda apresentada. Por isso, o meu voto, cumprindo aquilo que acertei na comissão de Saúde, mas quero aqui agradecer a todos os deputados e cumprimentá-los pela aprovação do mesmo, que será uma referência para a Assembleia Legislativa.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Os srs. deputados que aprovam o permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

\*\*\*\*\*

**Explicação Pessoal**

DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO (Orador) - Comunica com satisfação a abertura da primeira base área do sul de Santa Catarina, com destacamento de aeronave que ficará sediada na cidade de Criciúma com policiais militares, e que será utilizado para salvamento de todo tipo, e terá convênio com várias áreas.

Deputado Ricardo Guidi (Aparteante) - Faz menção à aprovação do projeto do fundo à Saúde, dizendo que o dia também foi importante para a segurança do sul do estado.

Deputado Manoel Mota (Aparteante) - Saliencia a importância da união dos parlamentares da Casa, e parabeniza a administração do estado pela instalação da base área na sua região.

Deputado Maurício Eskudlark (Aparteante) - Enaltece a iniciativa do governo estadual em proporcionar apoio aéreo nas operações policiais.

Deputado José Milton Scheffer (Aparteante) - Cumprimenta o deputado pela boa notícia, destacando a aprovação da criação do fundo para a área da saúde, agradecendo à equipe do governo estadual e todas as instituições que colaboraram para que o projeto fosse aprovado. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO CESAR VALDUGA (Orador) - Informa sua participação nas audiências públicas regionalizadas no estado.

Parabeniza o presidente da comissão de Finanças e Tributação, deputado Marcos Vieira, e os demais deputados, que estão melhorando e aprimorando cada vez mais as oportunidades de conhecer as demandas do estado buscando políticas públicas vocacionadas para as regiões e elencando as prioridades que vão compor a Lei Orçamentária de 2017 do governo do estado. *[Taquígrafa: Maria Aparecida]*

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) -  
Não havendo mais oradores inscritos a fazer uso da  
palavra, encerra a sessão, convocando outra,  
ordinária, para o dia subsequente, às 10h,  
conforme calendário especial.

*[Revisão Final - Taquígrafa: Renata]*